

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2014, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. Devido a algumas normas emitidas pelo CPC e vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras, ainda não terem sido referendadas pela SUSEP, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A Administração avaliou as normas emitidas pelo CPC e ainda não referendadas pela SUSEP e entende que a adoção destas normas, quando aprovadas pelo órgão regulador, não irá gerar efeitos significativos no resultado ou patrimônio líquido da Companhia. **1. Conjuntura econômica:** Em 2014, a economia brasileira apresentou baixo nível de crescimento e a demanda doméstica perdeu força, com queda no consumo e retração nos investimentos. Esse contexto de atividade enfraquecida refletiu a piora dos fundamentos da economia, principalmente inflação ascendente e um quadro fiscal que requer atenção. Apesar das circunstâncias adversas, a renda e o nível de emprego apresentaram melhora em relação ao ano de 2013. A economia mundial também foi caracterizada por crescimento fraco, notadamente nos países emergentes, observando-se nos países desenvolvidos desempenho melhor, em especial nos EUA. A demanda externa contribuiu pouco para o crescimento, refletindo a queda nas exportações de produtos básicos e manufaturados. No caso dos produtos básicos, houve forte queda nos preços de commodities no segundo semestre, agravada pelos efeitos da desaceleração da economia chinesa. No caso dos produtos manufaturados, verificou-se piora em parceiros comerciais importantes para o Brasil, em especial na América Latina. No final de 2014, teve início um novo ciclo de ajustes voltados à recuperação dos fundamentos da economia e promoção de um ambiente favorável ao crescimento nos próximos anos. O governo e a nova equipe econômica acreditam que a alta nas taxas de juros e medidas no campo fiscal possam recolocar a inflação em trajetória compatível com as metas. No mercado de seguros, nosso principal mercado, dados preliminares da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) indicam que a receita com prêmios alcançou um volume total de R\$ 161,6 bilhões, um aumento de 16,6%. Se forem desconsiderados os prêmios dos planos da modalidade VGBL, o mercado de seguros teria atingido a cifra de R\$ 90,2 bilhões contra R\$ 82,9 bilhões em 2013, um crescimento de 8,8%. O segmento de automóveis representou a maior parcela da receita, com participação de 35,6% no total de prêmios emitidos em 2014. Já no mercado

de saúde suplementar, segundo dados disponibilizados pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) para os nove primeiros meses de 2014, a receita total era de R\$ 94,6 bilhões para o período em questão, o que representava um crescimento de 16,2% ante o mesmo período de 2013.

2. Principais Informações Financeiras:

(R\$ milhões)	2014	2013	Variação
Descrição			
Prêmios emitidos	3.475,9	3.309,7	5,0%
Prêmios ganhos	3.353,0	3.055,6	9,7%
Sinistros ocorridos	(2.026,2)	(1.853,9)	(9,3%)
Custos de aquisição	(712,3)	(665,8)	(7,0%)
Margem bruta	614,5	535,9	14,7%
Resultado antes dos impostos e participações	597,4	481,7	24,0%
Lucro líquido	523,0	389,3	34,3%

3. Comentário sobre o desempenho: Em 2014, a receita de prêmios emitidos atingiu R\$3,5 bilhões, 5,0% acima da receita obtida no mesmo período do ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R\$2,0 bilhões, 9,3% acima do número apresentado em 2013. Os custos de aquisição somaram R\$712,3 milhões, aumento de 7,0% frente ao ano anterior. Neste mesmo período, o lucro líquido alcançou R\$523,0 milhões, com aumento de 34,3% em relação a 2013. **3.1. Vendas e Marketing:** A Companhia comercializa um amplo portfólio de produtos e serviços, distribuído através de uma extensa rede de corretores, coordenados por sua área comercial. O grupo investiu no apoio aos seus parceiros aprimorando e ampliando sua presença nas principais cidades do país. Além disso, a Companhia também contou para a distribuição de seus produtos e serviços, com mais de vinte parcerias com alguns dos maiores bancos e instituições financeiras do país, constituindo uma rede que alcança mais de 16 mil pontos de venda. **3.2. Pessoas:** Em 2014, com base na revisão de missão, visão, valores e competências, a Companhia investiu no desenvolvimento de toda a liderança para mobilização e engajamento das equipes. Foi implementada a primeira etapa do fortalecimento do processo de gestão de desempenho, alinhada a entrega de resultados, a meritocracia e as competências organizacionais. Para as equipes, o treinamento nas competências organizacionais, em plataformas online e presencial, foi prioridade. Além deste processo, a Companhia também aprimorou seus mecanismos de sucessão da liderança, promovendo a perenidade da organização. **3.3. Sustentabilidade:** Os temas relacionados à sustentabilidade tiveram força ainda mais ativa na Companhia. Diversas iniciativas foram implementadas no sentido de que o mercado no qual a Companhia está inserida se torne um influenciador na construção de uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente

correta para o futuro. **4. Reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto:** A Companhia não passou por reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto no período. **5. Investimentos:** Em 31/12/2014, a Companhia mantinha investimentos diretos nas seguintes sociedades: Sul América Companhia de Seguros Gerais, no montante de R\$ 7,8 milhões, e Sul América Companhia de Seguro Saúde, no montante de R\$ 2.112,9 milhões. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado. **7. Resultado do exercício e proposta para sua destinação:** Em 31/12/2014 e 2013, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

(R\$ milhões)	2014	2013
Descrição		
Lucro antes dos impostos e participações	597,4	481,7
(-) Impostos e contribuições	(58,1)	(79,6)
(-) Participações	(16,3)	(12,8)
Lucro líquido do exercício	523,0	389,3
Outros ajustes	0,6	-
Lucro líquido do exercício após compensações	523,6	389,3
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(26,2)	(19,5)
Lucro líquido ajustado	497,4	369,8
Dividendos obrigatórios		
25% do Lucro líquido ajustado	124,4	92,5
(-) Juros sobre capital próprio líquido a ser considerado nos dividendos	113,1	89,3
Bruto	133,1	105,0
Imposto de renda	(20,0)	(15,7)
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	11,3	3,2
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	353,0	261,6

8. Acordo de Acionistas: A Companhia não é parte de nenhum acordo de acionistas.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015.

A ADMINISTRAÇÃO.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	Notas	2014	2013
Prêmios emitidos	-	3.475.949	3.309.727
Variáveis das provisões técnicas de prêmios	-	(122.936)	(254.145)
Prêmios ganhos	23,1	3.353.013	3.055.582
Sinistros ocorridos	23,2	(2.026.185)	(1.853.920)
Custos de aquisição	23,3	(712.283)	(665.790)
Outras receitas e despesas operacionais	23,4	(108.010)	(60.444)
Resultado com operações de resseguro	23,5	1.123	9.223
Receita com resseguro	-	118.141	143.251
Despesa com resseguro	-	(117.018)	(134.028)
Despesas administrativas	23,6	(474.639)	(440.272)
Despesas com tributos	23,7	(73.417)	(22.921)
Resultado financeiro	23,8	251.640	219.509
Resultado patrimonial	14	381.376	229.320
Resultado operacional	-	592.618	480.287
Ganhos com ativos não correntes	-	4.782	1.411
Resultado antes dos impostos e participações	-	597.400	481.698
Imposto de renda	23,9	(38.099)	(49.547)
Contribuição social	23,9	(20.045)	(30.046)
Participações sobre o resultado	-	(16.293)	(12.839)
Lucro líquido	-	522.963	389.266
Quantidade de ações		455	409
Lucro líquido por ação		1.149,37	951,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	Notas	2014	2013
Lucro líquido do exercício		522.963	389.266
Perdas atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	24	3.576	-
Imposto de renda e contribuição social sobre perdas atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	24	(1.430)	-
Ganhos / (perdas) não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	24	2.744	(46.127)
Imposto de renda e contribuição social relacionados aos componentes de outros resultados abrangentes	24	(1.097)	18.451
Ganhos de variação de participação acionária	14	183	801
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	14	4.112	(48.430)
Outros componentes do resultado abrangente		8.088	(75.305)
Resultado abrangente do exercício		531.051	313.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	2014	2013
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de seguro	3.561.924	3.241.035
Recuperações de sinistros e comissões	43.021	35.513
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	202.392	317.332
Pagamentos de sinistros e comissões	(2.757.882)	(2.437.720)
Repasse de prêmios por cessão de riscos	(95.632)	(124.772)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(77.751)	(79.260)
Pagamentos de despesas e obrigações	(373.470)	(422.082)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(81.765)	(72.656)
Outros pagamentos operacionais	(283.573)	(264.250)
Recebimentos de juros e dividendos	139.093	59.255
Constituição de depósitos judiciais	(74.843)	(61.416)
Pagamentos de participações nos resultados	(14.236)	(11.772)
Caixa gerado pelas operações	187.278	179.207
Impostos e contribuições pagos	(166.954)	(154.999)
Juros pagos	(8)	(2.141)
Investimentos financeiros:		
Aplicações	(9.024.012)	(7.675.106)
Vendas e resgates	8.790.032	7.746.947
Rendimento	107.616	142.608
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(106.048)	236.516
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Investimentos	(87.713)	(120.000)
Imobilizado	(3.833)	(20.606)
Intangível	(27.967)	-
Recebimento pela venda de ativo permanente:		
Imobilizado	5.526	2.015
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(113.987)	(138.591)
Atividades de financiamento		
Aumento de Capital	238.750	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(3.926)	(110.022)
Outros pagamentos da atividade de financiamento	(4.186)	(77)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	230.638	(110.099)
Aumento (redução) líquido de caixa	10.603	(12.174)
Caixa no início do exercício	34.192	46.366
Caixa no final do exercício	44.795	34.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	Notas	2014	2013 (Reclassificado)
Ativo			
Circulante	-	4.233.560	3.509.360
Disponível	-	44.795	34.192
Caixa e bancos	6	44.795	34.192
Aplicações	7,1	1.729.265	1.323.865
Créditos das operações com seguros e resseguros		908.408	843.371
Prêmios a receber	8,1	865.870	805.726
Operações com seguradoras	-	21.675	20.014
Operações com resseguradoras	9,1	20.863	17.631
Outros créditos operacionais	11	733.446	495.647
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	9,2	306.628	273.268
Títulos e créditos a receber	-	94.647	166.705
Títulos e créditos a receber	-	21.787	75.981
Créditos tributários e previdenciários	10,1	13.763	21.693
Outros créditos	20,1	59.097	69.031
Outros valores e bens	12	48.204	36.447
Bens a venda	-	48.204	36.447
Despesas antecipadas	-	19.375	18.578
Custos de aquisições diferidos	13	348.792	317.287
Seguros	-	348.792	317.287
Ativo não circulante	-	3.505.034	3.115.241
Realizável a longo prazo	-	1.268.343	1.257.125
Aplicações	7,1	152.639	246.722
Créditos das operações com seguros e resseguros		811	521
Prêmios a receber	8,1	209	-
Operações com resseguradoras	9,1	602	521
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	9,2	119.131	119.193
Títulos e créditos a receber	-	988.602	883.108
Créditos tributários e previdenciários	10,1	196.394	186.496
Depósitos judiciais e fiscais	21,1	779.685	682.686
Outros créditos operacionais	-	12.523	13.926
Despesas antecipadas	-	3.072	3.968
Custos de aquisição diferidos	13	4.088	3.613
Seguros	-	4.088	3.613
Investimentos	-	2.120.989	1.742.429
Participações societárias	14	2.120.650	1.739.858
Imóveis destinados a renda	-	37	2.184
Outros investimentos	-	302	387
Imobilizado	-	41.778	40.389
Imóveis de uso próprio	-	1.672	98
Bens móveis	-	21.916	20.886
Outras imobilizações	-	18.190	19.405
Intangível	-	73.924	75.298
Outros intangíveis	-	73.924	75.298
Total do ativo		7.738.594	6.624.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2013	1.250.000	-	(4.147)	36.465	1.258.741	1.295.206	23.552	-	2.564.611
Aumento de capital conforme AGO/E de 28/03/2013 - Portaria SUSEP N.º 5.478	400.000	-	-	(36.465)	(363.535)	(400.000)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(75.305)	-	(75.305)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	389.266	389.266
Proposta para distribuição do resultado:									
Reserva legal	-	-	-	19.463	-	19.463	-	(19.463)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	261.602	261.602	-	(261.602)	-
Juros sobre o capital próprio - R\$256.723,72 por ação	-	-	-	-	-	-	-	(105.000)	(105.000)
Dividendos propostos - R\$7.825,66 por ação	-	-	-	-	-	-	-	(3.201)	(3.201)
Saldos em 31/12/2013	1.650.000	-	(4.147)	19.463	1.156.808	1.176.271	(51.753)	-	2.770.371
Aumento de capital conforme RCA de 31/03/2014	-	88.524	-	-	-	-	-	-	88.524
Aumento de capital conforme AGE de 30/07/2014	-	128.078	-	-	-	-	-	-	128.078
Aprovação do aumento de capital, aprovado pela PORTARIA SUSEP/DIRAT N.º 50, de 02/09/2014	88.524	(88.524)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 30/09/2014	-	65.349	-	-	-	-	-	-	65.349
Aumento de capital conforme AGE de 29/12/2014	-	45.323	-	-	-	-	-	-	45.323
Outros ajustes	-	-	-	-	-	-	-	621	621
Deságio em transação de capital	-	-	-	5.218	-	-	-	-	5.218
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-</					

os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado no regime contábil de competência e considera:

- Os prêmios de seguros são reconhecidos pela emissão dos contratos de seguros ou pela vigência do risco das apólices/faturas para os casos que a vigência se inicia antes da sua emissão. Os prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são calculados atuariamente;
- As comissões e agenciamento de seguros são registrados no ativo, na rubrica "Custos de aquisição diferidos". A apropriação mensal no resultado ocorre na rubrica "Custos de aquisição". As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros. As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica;
- Sinistros são refletidos nos resultados com base na avaliação do IBNP (Incurred But Not Paid) que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência. Os sinistros incluem as indenizações e despesas estimadas a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis aos sinistros considerados individualmente (Allocated Loss Adjustment Expense – ALAE), quanto outras despesas relacionadas aos sinistros e que não são diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses – ULAE).

3.1.2. Balanço patrimonial:

- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização;
- As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações financeiras;
- Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos;
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Instrumentos financeiros: Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir:
3.2.1. Mensurados a valor justo por meio do resultado. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos (vide nota 4.5) e de acordo com a gestão de riscos documentada.
Derivativos: São classificados no ativo ou passivo circulante como, respectivamente, "Títulos e créditos a receber" ou "Outras contas a pagar" títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por opções e contratos futuros.
3.2.2. Disponíveis para a venda: Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.
3.2.3. Mantidos até o vencimento: Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.
3.2.4. Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.
3.3. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado.
3.4. Participações societárias: Participações societárias são reconhecidas inicialmente em investimentos pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e as seguintes considerações:

- As participações acionárias permanentes em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; e
- O ágio na aquisição de ações de controlada de não controladores (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido.

3.5.Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuro projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da entidade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros.
Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.
3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 06 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.
3.7. Provisões técnicas de contratos de seguros e resseguros: As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir:
3.7.1. Provisão para prêmios não ganhos (PPNG): A PPNG é constituída pelo método pro-rata, tendo como base a divisão dos prêmios pelo número de dias de cobertura total, multiplicados pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer, para os contratos de seguros de danos e de pessoas.
3.7.2. Provisão para prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE): A PPNG - RVNE é constituída para as operações estruturadas no regime financeiro de repartição simples ou repartição de capitais de cobertura para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É obtida a partir da multiplicação da PPNG pelo fator esperado de atraso, calculado anualmente com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e a PPNG registrada, para os contratos de seguro de danos. Para alguns ramos cujas vigências de riscos individuais não ultrapassam o mês seguinte, calcula-se o fator de atraso em função do prêmio mensal emitido e não da PPNG registrada, aplicando-se a metodologia acima descrita para o cálculo do fator esperado de atraso.
3.7.3. Provisão de sinistros a liquidar (PSL): A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo o valor dos sinistros avisados até a data-base. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na metodologia conhecida como IBNP que considera a estimativa de total de sinistros ao final do período de cobertura. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados (IBNR - Incurred But Not Reported). Para apurar o IBNR, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e incorridos, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 120 meses. O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.7.5.
3.7.4. Provisão de sinistros a liquidar em processos judiciais: Provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais considerados semelhantes recorrente e relacionada ao negócio, a provisão de sinistros a liquidar leva ainda em consideração itens específicos, apurados com base em fatores calculados a partir da comparação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva probabilidade de perda, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros de 9,36% ao ano baseado no histórico de pagamentos de juros observados. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível, relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão, contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas - Seguros", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente.
3.7.5. Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR): A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. A IBNR é calculada com base em métodos estatísticos-atuariais, conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal e/ou trimestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade de sinistros quanto por montante envolvido de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos e sempre buscando uma metodologia melhor adaptável considerando a experiência histórica. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 120 meses. Além da estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, é adicionalmente registrado na provisão de IBNR o valor de ajuste referente ao desenvolvimento futuro de sinistros já ocorridos.
3.7.6. Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) – Judicial: A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial, independente do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização. A IBNR relacionada a sinistros judiciais é constituída com base em metodologia de cálculo que leva em consideração: (i) Períodos médios históricos observados entre a data de negativa do sinistro e a data de cadastro da citação, para os sinistros que foram regulados administrativamente, e entre a data de ocorrência do sinistro e a data da

citação, para os sinistros que entraram diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização. (ii) Percentuais de históricos de solicitações de indenizações indeferidas, administrativamente, nos quais a experiência histórica demonstrou desembolso financeiro posterior na esfera judicial, e o percentual de sinistros daqueles que entraram diretamente na justiça, nesses mesmos períodos, resultando na quantidade estimada de desembolsos futuros na esfera judicial; (iii) Valor médio dos sinistros judiciais registrados na rubrica "Provisões técnicas – Seguros", resultando no valor médio das causas.
3.7.7. Provisão para despesas relacionadas: A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (ALAE) quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (ULAE). A ULAE refere-se a despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente. É apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL e na quantidade estimada de sinistros IBNR.
3.8. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test – LAT): O CPC 11 requer que as seguradoras que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. O teste não se aplica aos contratos e certificados relativos aos ramos, DPBM e Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista foi trazido a valor presente com base na estrutura a termo da taxa de juros divulgada pela SUSEP. Os fluxos de caixa dos prêmios futuros foram segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios registrados, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste foi apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste de adequação são contabilizadas na Provisão Complementar de Cobertura – PCC, com contrapartida no resultado.
3.9. Provisões para processos judiciais: 3.9.1. Cíveis e trabalhistas: A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis e trabalhistas. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno pelo consultores legais independentes e pela Administração da Companhia. No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, o respectivo grau de risco, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. As regras de provisionamento acima também se aplicam aos processos judiciais trabalhistas, cujo autor é ex-empregado ou ex-prestador de serviços da Companhia. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo IPCA e juros de 9,36% ao ano nos processos cíveis e pela TR e juros de 9,36% ao ano nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante nas rubricas "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente.
3.9.2. Fiscais: As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à legalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras na rubrica "Contas a pagar - Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica "Provisões judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.
3.10. Benefício a empregados: Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia e o Programa de Indenização para Executivos. Os custos com o PGBL são reconhecidos no resultado pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia e com o programa de indenização de executivos são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais.
3.11. Incentivos em ações: A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores e o plano é precificado com base no modelo Black-Scholes para as opções simples, para os programas de 2008 a 2010, e no modelo binomial para as opções simples emitidas nos programas de 2011 e 2012. A partir de 2013, o plano foi reformulado e passou a ter somente outorga de incentivos de ações bonificadas. Neste atual plano de incentivos em ações, o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da Companhia, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é reconhecido pela Companhia a partir da data de outorga, na rubrica "Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 19.2).
3.12. Dividendos: Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.
3.13. Contratos de seguros: O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11.
3.14. Ativos e passivos sem vencimento: A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações judiciais e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica de processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. Para as provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Companhia determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica. No caso de contas como "Depósitos de terceiros" e "Salvados e ressarcimentos", devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante.
3.15. Estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Valor justo dos equivalentes de caixa (nota 6);
- Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 7);
- Ações judiciais e obrigações fiscais (nota 21.2);
- Movimentação dos custos de aquisição diferidos (nota 13);
- Provisão de sinistros

a liquidar e IBNR (nota 18); e

- Créditos e débitos tributários e previdenciários (nota 10);
- **3.16. Normas emitidas e revisadas: (a) Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Alterações e novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia aplicou diversas emendas e novas interpretações às normas IFRS e aos CPC emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, inclusive. A Companhia avaliou as revisões e alterações de normas a seguir e verificou que não houve impacto significativo em suas demonstrações financeiras.
 - **IAS 36/CPC01(R1) - Redução no valor recuperável de ativo (Impairment of assets) (alteração):** A versão revisada da norma traz alterações em divulgação, adaptando-a aos requerimentos do IFRS 13 / CPC 46 – Mensuração ao valor justo e requerendo a divulgação do valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) quando mensurados ao valor justo menos o custo de alienação. A atual versão da norma retira a obrigação de divulgação do montante recuperável de uma UGC para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado à unidade geradora de caixa.
 - **IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração (Financial Instruments: Recognition and measurement) (alteração):** A alteração na norma define que não há a necessidade de descontinuar-lo no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. A Companhia não tem hedge accounting em suas demonstrações financeiras.
 - **IAS 32/CPC39 – Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation) (alteração):** A alteração da norma traz esclarecimentos sobre os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros e o direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido e realizar o ativo e liquidar passivo simultaneamente. Em relação à nova interpretação, a seguir:
 - **IFRIC 21 – Taxas governamentais (Levies) (nova interpretação):** A Companhia aplicou o IFRIC 21 pela primeira vez no exercício atual. Esta norma endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo. A aplicação dessa interpretação pela Companhia não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.
 - **Alterações e novas interpretações revisadas já emitidas e ainda não adotadas: • IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento):** Introdz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A companhia ainda está avaliando os impactos da nova norma em suas demonstrações financeiras e aos possíveis efeitos na política de investimentos e no gerenciamento de ativos e passivos (ALM).
 - **IFRS 15 – Receita de contratos com clientes:** A nova norma introduz a obrigação de reconhecer a receita quando representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no que refilta a consideração de qual montante esperado que seja capaz de ser trocado por aqueles bens ou serviços e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017 (inclusive), porém não é aplicável a contratos de seguros e, portanto, não é relevante para a Companhia.
 - **(b) Receita Federal do Brasil (RFB):** Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/2014 que traz alterações na legislação tributária federal e tem por objetivo harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 (normas contábeis internacionais – IFRS), extinguindo o Regime Tributário de Transição (RTT). A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 com a opção de adoção antecipada já a partir de 1º de janeiro de 2014. A Companhia avaliou a norma e concluiu que não há efeitos relevantes e que não irá adotar a norma antecipadamente e sim, a partir de 1º de janeiro de 2015 (inclusive).
 - **4. Gestão de riscos:** A SulAmérica investe no desenvolvimento contínuo de seus protocolos de gestão dos riscos resultantes de seus contratos e processos, inspirada nas melhores práticas internacionais. O gerenciamento dos riscos corporativos é realizado de forma integrada entre as linhas de defesa da organização que compreende as unidades de negócios, as áreas corporativas de gestão de riscos, compliance e controles internos, a estrutura de comissão permanente e comitê colegiados de gestão de riscos e o suporte da área de auditoria interna. A estrutura desenvolvida permitiu a organização implementar um processo contínuo e evolutivo, estabelecido pelo Conselho de Administração, supervisionado pelo Comitê de Auditoria e executado pelo corpo executivo em processos integrados de identificação dos riscos, quantificação, reporte, monitoramento e planos de ação de resposta as ameaças que estejam em desacordo com o apetite a riscos estabelecido na organização. Com a finalidade de suportar o alcance dos objetivos estabelecidos, o processo de gestão de riscos compreende todos os riscos corporativos, incluindo, mas não limitado aos riscos de subscrição, crédito mercado e operacional.
4.1. Riscos de concentração das operações: A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos estão concentradas na região sudeste. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios diretos por região e por classe de negócio.

	2014					
	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
Automóvel	64,69%	1,55%	11,92%	6,22%	15,62%	100%
Cascos	90,82%	0,00%	4,75%	0,00%	4,43%	100%
Condômnial	53,90%	2,28%	11,70%	7,42%	24,70%	100%
Crédito	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empresarial	61,26%	1,51%	6,67%	2,35%	28,21%	100%
Habitacional	2,79%	0,00%	0,00%	80,99%	16,22%	100%
Patrimonial demais	67,11%	1,55%	11,70%	5,71%	13,93%	100%
Pessoas demais	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100%
Residencial	39,62%	0,64%	3,72%	4,28%	51,74%	100%
Responsabilidades	83,69%	0,40%	4,35%	1,33%	10,23%	100%
Riscos especiais	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Rural/Animais	44,36%	6,72%	3,54%	2,41%	42,97%	100%
Transporte nacional	55,76%	0,11%	6,40%	2,56%	35,17%	100%
Transportes demais	70,05%	0,00%	2,59%	0,15%	27,21%	100%
Vida em grupo	75,22%	0,68%	7,76%	3,92%	12,42%	100%
Outros	54,89%	2,30%	18,17%	12,93%	11,71%	100%

	2013					
	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
Automóvel	63,20%	1,60%	12,70%	7,00%	15,50%	100%
Cascos	89,90%	0,30%	4,60%	0,00%	5,20%	100%
Condômnial	56,70%	2,20%	9,10%	6,20%	25,80%	100%
Crédito	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100%
Empresarial	67,90%	1,90%	6,30%	1,90%	22,00%	100%
Habitacional	3,60%	0,00%	0,00%	83,80%	12,60%	100%
Patrimonial demais	66,60%	1,60%	12,70%	6,40%	12,70%	100%
Pessoas demais	99,00%	0,10%	0,10%	0,30%	0,50%	100%
Residencial	39,40%	0,80%	3,60%	4,10%	52,10%	100%
Responsabilidades	84,20%	0,40%	4,20%	1,10%	10,10%	100%
Riscos especiais	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100%
Rural/Animais	60,80%	6,60%	0,60%	2,80%	29,20%	100%
Transporte nacional	60,40%	0,10%	5,80%	1,00%	32,70%	100%
Transportes demais	77,50%	0,00%	2,00%	0,30%	20,20%	100%
Vida em grupo	75,60%	0,70%	6,20%	3,40%	14,10%	100%
Outros	65,40%	1,90%	9,30%	10,80%	12,60%	100%

4.2. Risco de subscrição: A emissão de apólices e contratos rentáveis com segurados e clientes depende do correto dimensionamento dos preços dos produtos bem como da constituição de provisões suficientes para pagamento dos eventos indenizáveis. A SulAmérica possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. O processo de provisionamento é coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias internacionalmente consagradas e adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros. Adicionalmente, a SulAmérica conta com ações específicas em cada linha de negócio para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados como o uso de rastreadores, programa de bônus, centros especializados de atendimento de sinistros, processos de eficiência de custos, auditorias preventivas pré-pagamentos, otimização de rede de prestadores de serviços e inspeções detalhadas na subscrição das apólices, dentre outros. Para os seguros de grandes riscos e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza contratos de resseguros de excesso de danos, cota parte, catástrofes e de excedente de responsabilidade mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo em contrapartida o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo Comitê de Riscos. Caso os custos com sinistros ou despesas apuradas estejam acima dos valores estimados, os resultados da Companhia poderão ser diferentes dos esperados. As tabelas a seguir apresentam análise da sensibilidade no resultado e patrimônio líquido para os negócios danos antes e depois da contratação de resseguros.

	2014							
	AUTO				Outros ramos elementares			
	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Premissas								
Aumento de 1% na sinistralidade	(27.042)	(16.225)	(27.042)	(16.225)	(4.493)	(2.696)	(3.273)	(1.964)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(3.867)	(2.320)	(3.867)	(2.320)	(734)	(440)	(734)	(440)
Aumento de 1% nos custos de aquisição	(6.669)	(4.002)	(6.669)	(4.002)	(1.052)	(631)	(877)	(526)

	2013							
	AUTO				Outros ramos elementares			
	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Premissas								
Aumento de 1% na sinistralidade	(24.022)	(14.413)	(24.009)	(14.405)	(5.122)	(3.073)	(3.343)	(2.006)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(3.755)	(2.253)	(3.755)	(2.253)	(752)	(451)	(752)	(451)
Aumento de 1% nos custos de comercialização	(5.608)	(3.365)	(5.604)	(3.362)	(939)	(563)	(787)	(472)

A gestão das provisões técnicas constituídas para pagamento dos eventos indenizáveis é um processo contínuo, executado pela área atuarial corporativa que desempenha testes de consistências e cálculos periódicos a fim de avaliar a precisão das metodologias empregadas em cada uma das linhas de negócio. As tabelas a seguir demonstram as provisões constituídas em períodos passados e a evolução da estimativa para o período mais recente.

• Administrativo

Ano	R\$ milhões									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Provisão de sinistros contabilizada	299,45	478,43	476,72	565,61	647,25	544,03	614,55	519,00	660,89	724,85
Efeito do desconto financeiro	(5,19)	(4,63)	(4,84)	(6,33)	(22,41)	(16,36)	(22,60)	(15,24)	(16,75)	(18,50)
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	304,63	483,05	481,56	571,94	669,67	560,39	637,15	534,25	677,63	743,35
Estimativa de sinistros acumulada:										
No final do ano	304,63	483,05	481,56	571,94	669,67	560,39	637,15	534,25	677,63	743,76
Um ano depois	373,21	606,38	494,48	585,75	687,42	616,24	576,68	537,98	637,03	-
Dois anos depois	440,74	602,18	438,08	596,50	714,16	604,69	633,16	554,72	-	-
Três anos depois	466,89	555,48	460,48	633,69	700,43	603,98	630,20	-	-	-
Quatro anos depois	378,51	567,93	496,29	622,60	701,65	599,09	-	-	-	-
Cinco anos depois	387,93	566,99	494,19	626,97	701,61	-	-	-	-	-
Seis anos depois	407,63	580,96	495,41	626,22	-	-	-	-	-	-
Sete anos depois	416,50	581,61	496,45	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos depois	417,68	582,44	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos depois	413,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa de sinistros acumulada até 2014	413,11	582,44	496,45	626,22	701,61	599,09	630,20	554,72	637,03	743,76
Pagamentos acumulados até 2014	412,97	569,41	482,52	602,40	673,74	566,95	539,82	445,21	456,03	-
Responsabilidade reconhecida em 2014	0,14	12,89	0,90	9,88	4,06	4,26	58,24	19,13	71,49	562,76
Desconto financeiro reconhecido em 2014	-	(0,03)	(0,08)	(0,43)	(0,55)	(0,35)	(1,32)	(0,76)	(4,41)	(10,58)

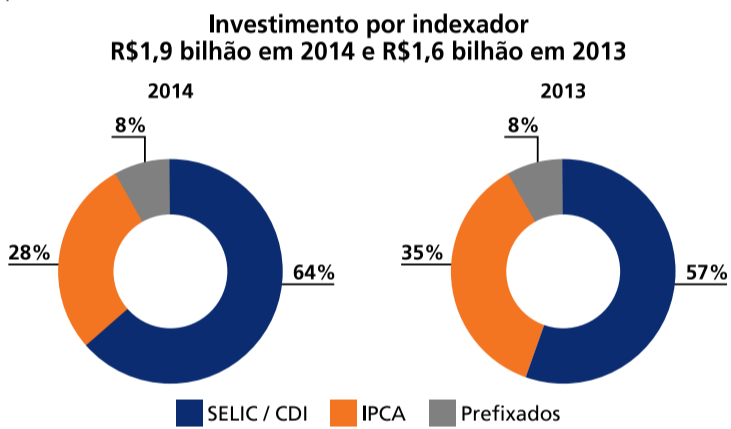
A evolução de sinistros administrativos não considera, em 31/12/2014, R\$6,3 milhões (R\$6,7 milhões em 2013) de ULAE e R\$10,4 milhões (R\$10,7 milhões em 2013) de retrocessão.

• Judicial

Ano	R\$ milhões						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Provisão de sinistros contabilizada	203,42	248,70	414,40	402,78	321,06	332,96	364,03
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	203,42	248,70	414,40	402,78	321,06	332,96	364,03
Estimativa de sinistros acumulada:							
No final do ano	203,42	248,70	414,40	402,78	321,06	332,96	364,03
Um ano depois	285,47	397,48	430,16	367,97	345,15	378,40	-
Dois anos depois	409,87	440,10	401,05	395,53	381,26	-	-
Três anos depois	449,32	408,34	425,48	435,24	-	-	-
Quatro anos depois	423,91	438,16	458,70	-	-	-	-
Cinco anos depois	451,66	472,23	-	-	-	-	-
Seis anos depois	484,12	-	-	-	-	-	-
Estimativa de sinistros acumulada até 2014	484,12	472,23	458,70	435,24	381,26	378,40	364,03
Pagamentos acumulados até 2014	239,78	217,24	191,39	147,13	78,86	41,63	-
Responsabilidade reconhecida em 2014	244,34	10,65	12,33	20,79	14,30	34,37	27,26

A evolução de sinistros judiciais não considera, em 31/12/2014, R\$81,4 milhões (R\$66,2 milhões em 2013) de IBNR judicial.

4.3. Risco de mercado: Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos financeiros ou de seguros, inclui o risco de oscilação nos investimentos devido a flutuações de taxa de juros, preço de ações, oscilações de câmbio ou variações nos passivos de seguros decorrentes de mudanças nas variáveis macroeconômicas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos da SulAmérica. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas da tempestividade de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. Diariamente e de acordo com a política de investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizado testes de stress (Stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os resultados obtidos para o exercício de VaR e Stress test podem ser observados na nota 7.3. Em decorrência do processo de ALM, está demonstrada a seguir a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2014 e 2013.



A política de investimentos não permite exposição cambial, exceto quanto a certas operações de ramos elementares, que são feitas em moeda estrangeira assim como o uso de derivativos apenas para hedge. A tabela abaixo apresenta a exposição residual ao risco de renda variável, inflação e cambial.

Exposição ao risco cambial, renda variável e inflação	Consolidado	
	2014	2013
Dólares norte americanos *	US\$7,738	US\$2,119
Renda variável	R\$185	R\$242
Indexados a inflação	R\$86.898	R\$135.257

* Incluem derivativos.

Os valores apresentados anteriormente são os registrados contabilmente, no entanto, há sinistros judiciais especiais (não-ordinários) em dólar, com probabilidade de êxito "possível" e que, portanto, não estão contabilizados, conforme determina a prática contábil. Em 31/12/2014, esses sinistros montam o valor de US\$565,487 mil (US\$500,973 mil em 2013) e o resseguro correspondente é de US\$522,736 mil (US\$480,924 mil em 2013), o que representa um risco residual de US\$42,751 mil (US\$20,049 mil em 2013).

4.4. Risco de liquidez: A política de investimentos da SulAmérica prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros. A Companhia realiza projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez da Companhia. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2014 e 2013.

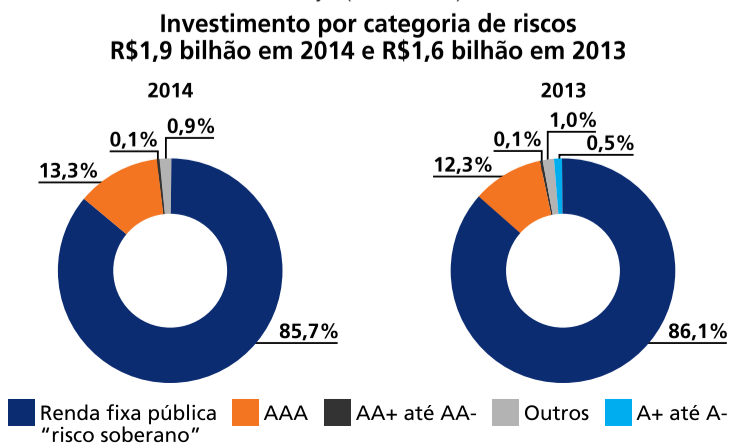
Descrição	2014								
	Até 2 anos ou sem vencimento	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
Instrumentos Financeiros									
Aplicações Financeiras	374.457	896.239	625.208	8.872	1.904.776	1.882.324	(22.452)	-	1.880.020
Valor justo por meio do resultado	148.811	2.467	-	-	151.278	151.285	7	-	151.285
Disponível para venda	115.034	747.622	619.082	8.872	1.490.610	1.465.847	(24.763)	-	1.465.847
Mantido até o vencimento	110.612	146.150	6.126	-	262.888	265.192	2.304	-	262.888
Seguros e resseguros									
Provisões técnicas	2.294.296	49.043	700	-	-	-	-	83.589	2.427.628
Ativos de resseguros	412.328	9.098	236	-	-	-	-	4.097	425.759
Passivos de seguros (1)	2.706.624	58.141	936	-	-	-	-	87.686	2.853.387

Descrição	2013								
	Até 2 anos ou sem vencimento	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
Instrumentos Financeiros									
Aplicações Financeiras	629.119	765.616	187.360	14.110	1.596.205	1.572.572	(23.633)	-	1.568.672
Valor justo por meio do resultado	159.105	4.031	-	-	163.136	163.131	(5)	-	163.131
Disponível para venda	366.417	624.571	187.360	8.362	1.186.710	1.159.182	(27.528)	-	1.159.182
Mantido até o vencimento	103.597	137.014	-	5.748	246.359	250.259	3.900	-	246.359
Seguros e resseguros									
Provisões técnicas	2.102.742	54.237	1.291	-	-	-	-	69.791	2.228.061
Ativos de resseguros	380.082	8.840	455	-	-	-	-	3.084	392.461
Passivos de seguros (1)	2.482.824	63.077	1.746	-	-	-	-	72.875	2.620.522

(1) Na coluna "Outras", na linha "Passivos de seguros", há em 31/12/2014, R\$81.387 de IBNR judicial (R\$66.178 em 2013) e R\$6.299 de ULAE (R\$6.697 em 2013).

O critério de apresentação dos instrumentos financeiros utilizado na tabela por idade foi pela data de vencimento destes ativos. No entanto, alguns instrumentos financeiros possuem liquidez imediata apesar de estarem distribuídos pelas diversas faixas da tabela, sendo na sua totalidade suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas.

4.5. Riscos de crédito: Decorrente do não cumprimento de contratos, o risco de crédito pode afetar significativamente os resultados da Companhia caso os emissores de créditos privados não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou ainda os resseguradores com quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamentos dos sinistros ressegurados. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados, a Companhia realiza redução ao valor recuperável dos prêmios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente (ver informação adicional na nota 8.2). A Companhia considera em sua política de investimentos limites específicos para contratação de crédito privado e conta com um Comitê de Crédito que avalia o risco de cada emissor. Os gráficos a seguir apresentam a classificação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 2014 um percentual de 99,0% (98,4% em 2013) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos de maior rating possível, segundo as agências classificadoras Fitch, S&P e Moody's (classe AAA).



Em relação a exposição ao risco de crédito com os resseguradores, a Companhia possui política específica para contratação de resseguros considerando na contratação o risco de crédito de cada uma das contrapartes. As tabelas abaixo apresentam a exposição com os resseguradores no exercício. A política de colocação de resseguro exige que os contratos sejam realizados com resseguradores com rating superior a A, salvo exceções aprovadas diretamente pelo Comitê de Riscos da organização. Esta governança implica em um baixo risco de crédito derivado dos contratos de resseguro.

Ramos	2014	2013
Automóvel	868	1.760
Cascos	13.955	9.167
Condominial	13.501	13.153
Crédito	369	-
Empresarial	50.177	23.586
Habitacional	11.135	8.489
Patrimonial demais	239.384	240.909
Residencial	1.846	-
Responsabilidades	45.587	31.580
Riscos especiais	448	4.421
Riscos financeiros	45	70
Transporte nacional	2.298	5.591
Transportes demais	117.209	104.142
Outros	39	794
Total	496.861	443.662

Classe	Categoria de risco	Exposição	2014		2013	
			%	Exposição	%	Exposição
Local	A-	285.761	57,5%	264.414	59,6%	
Local	A	2.505	0,5%	-	0,0%	
Local	A+	1.950	0,4%	4.471	1,0%	
Local	AA-	583	0,1%	3.313	0,7%	
Local	AA	9	0,0%	-	0,0%	
Local	-	7.503	1,5%	6.252	1,4%	
Eventual	A-	2.357	0,5%	2.103	0,5%	
Eventual	A	74	0,0%	618	0,1%	
Eventual	A+	69.908	14,1%	71.048	16,0%	
Eventual	AA-	110	0,0%	-	0,0%	
Admitido	A-	653	0,1%	80	0,1%	
Admitido	A	32	0,0%	-	0,0%	
Admitido	A+	16.789	3,4%	14.110	3,2%	
Admitido	AA-	108.627	21,9%	77.203	17,4%	
Admitido	AA	-	0,0%	50	0,0%	
Total		496.861	100%	443.662	100%	

Ressegurador local: Ressegurador sediado no país, constituído sob a forma de sociedade anônima, que tenha por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão; **Ressegurador admitido:** Ressegurador sediado no exterior, com escritório de representação no país, que, atendendo às exigências previstas na Legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrado como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão; **Ressegurador eventual:** Empresa resseguradora estrangeira sediada no exterior, sem escritório de representação no país, que, atendendo a legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrada como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. Em 31/12/2014, há R\$1.624.409 (R\$1.318.217 em 2013) em exposição com resseguradores referente a sinistros judiciais não ordinários (casos especiais) com probabilidade de êxito "possível", para os quais o CPC 25 determina que não sejam provisionados, apenas divulgados. **4.6. Riscos operacionais:** O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos macroprocessos organizacionais e com o uso de dicionário específico envolvendo os gestores da Companhia. Para a quantificação destes riscos, são utilizadas auto-avaliações além de insumos oriundos de uma base de perdas operacionais. Todo o processo é realizado de forma sistemática e atualizado periodicamente gerando insumos para a área de gestão de riscos corporativos, controles internos e auditoria interna. Através destes insumos, os macroprocessos são avaliados de acordo com o apetite a riscos estabelecidos e planos de ação são determinados para os casos identificados com risco alto. A gestão dos riscos operacionais conta ainda com o desenvolvimento do plano de continuidade de negócios, tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prever o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise, evitando e minimizando perdas financeiras para a Companhia e seus segurados. **4.7. Gestão do capital:** A Companhia apura mensalmente, a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Além, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de negócio e risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Os modelos são periodicamente revisados e calibrados pela equipe de modelagem e gestão de riscos corporativos. Os resultados destas análises são transformados em métricas de acompanhamento, divulgadas e discutidas em reuniões específicas pela alta administração. A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado no exercício.

Descrição	2014
Patrimônio líquido contábil	3.490.234
Deduções:	
Participações acionárias diretas e indiretas classificadas como investimentos nacionais de caráter permanente, considerando ágio e perdas esperadas	(2.120.650)
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(8.790)
Ativos intangíveis	(73.924)
Obras de arte	(28)
Créditos oriundos da alienação de quaisquer ativos elencados como deduções no art. 3º da Resolução CNSP Nº 302/2013, respeitada a regra de dedução do inciso V, em caso de alienação de imóveis urbanos.	(576)
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)	1.286.266
Capital base (b)	15.000
Capital de risco (c)	831.300
Capital de risco de subscrição (d)	699.612
Capital de risco operacional (e)	22.149
Capital de risco de crédito (f)	186.508
CRM = Maior entre capital base e capital de risco (g)	831.300
Suficiência de capital - R\$ (h) = (a) - (g)	454.966
Suficiência de capital - % (i) = (h) / (a)	35,37%

5. Instrumentos financeiros derivativos: 5.1. Quadro resumo das exposições em instrumentos financeiros derivativos: Conforme política de investimento e de alocação de recursos pré-definidas e aprovadas pela Administração, são permitidas para a Companhia a contratação de operações com derivativos. Para a Companhia, a manutenção de instrumentos financeiros derivativos, através de contratos futuros, podendo ser mantidos nos fundos de investimentos exclusivos, tem por finalidade única a proteção à flutuação das taxas de juros e de câmbio. A utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia está de acordo com as normas vigentes emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo CNSP. Estas normas dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos pela Companhia. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão demonstrados a seguir:

Descrição	Vencimento	Valor de referência (nocial)		Valor a receber/recebido	
-----------	------------	------------------------------	--	--------------------------	--

7. Aplicações: 7.1. Composição das aplicações:

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado / contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado / contábil	Valor contábil	Valor de mercado		
	2014							
Títulos de renda fixa - privados	-	-	235.776	237.937	-	-	-	237.937
Certificados de depósito bancário								
Pós-fixado IPCA	-	-	18.550	18.908	-	-	IPCA + 7,97%a.a.	18.908
Depósito a prazo com garantia especial do FGC								
Pós-fixado CDI	-	-	2.500	2.500	-	-	112%CDI	2.500
Debêntures								
Pós-fixado CDI	-	-	3.371	3.371	-	-	106,5%CDI	3.371
Pós-fixado IPCA	-	-	3.979	3.683	-	-	IPCA + 5,1%a.a.	3.683
Letras financeiras	-	-	207.376	209.475	-	-	112,77%CDI	209.475
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	1.254.677	1.227.725	262.888	265.192	-	1.490.613
Letras financeiras do tesouro	-	-	863.630	863.142	-	-	SELIC	863.142
Letras do tesouro nacional								
Pré-fixado	-	-	137.536	133.330	-	-	11,22%a.a.	133.330
Notas do tesouro nacional								
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	253.511	231.253	262.888	265.192	IPCA + 5,25%a.a.	494.141
Títulos de renda variável	-	-	157	185	-	-	-	185
Ações	-	-	157	325	-	-	-	325
Impairment	-	-	-	(140)	-	-	-	(140)
Cotas de fundos de investimentos	151.278	151.285	-	-	-	-	-	151.285
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	100.506	100.506	-	-	-	-	-	100.506
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	50.772	50.779	-	-	-	-	-	50.779
DPGE pós CDI	1.194	1.195	-	-	-	-	CDI	1.195
Debêntures pós-fixado CDI	1.010	1.010	-	-	-	-	108,75%CDI	1.010
Letras financeiras	12.908	12.916	-	-	-	-	106,55%CDI	12.916
Letras financeiras do tesouro	2.905	2.903	-	-	-	-	SELIC	2.903
Letras do tesouro nacional pré-fixado	9.996	9.996	-	-	-	-	11,71%a.a.	9.996
Operações compromissadas	22.869	22.869	-	-	-	-	SELIC	22.869
Outros	(110)	(110)	-	-	-	-	-	(110)
Total	151.278	151.285	1.490.610	1.465.847	262.888	265.192	-	1.880.020
Percentual de participação nas aplicações		8%		78%	14%			100%
Outras aplicações								1.884
Total								1.881.904
Circulante								1.729.265
Não circulante								152.639

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado / contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado / contábil	Valor contábil	Valor de mercado		
	2013							
Títulos de renda fixa - privados	-	-	193.281	194.577	-	-	-	194.577
Certificados de depósito bancário								
Pós-fixado CDI	-	-	21.434	21.439	-	-	104,8%CDI	21.439
Pós-fixado IPCA	-	-	16.121	16.868	-	-	IPCA + 7,97%a.a.	16.868
Debêntures								
Pós-fixado CDI	-	-	3.358	3.358	-	-	106,5%CDI	3.358
Pós-fixado IPCA	-	-	3.733	3.414	-	-	IPCA + 5,1%a.a.	3.414
Letras financeiras	-	-	148.635	149.498	-	-	109,89%CDI	149.498
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	993.272	964.363	246.359	250.259	-	1.210.722
Letras financeiras do tesouro	-	-	568.919	568.512	-	-	SELIC	568.512
Letras do tesouro nacional								
Pré-fixado	-	-	123.605	119.734	-	-	11,22%a.a.	119.734
Notas do tesouro nacional								
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	300.748	276.117	246.359	250.259	IPCA + 5,35%a.a.	522.476
Títulos de renda variável	-	-	157	242	-	-	-	242
Ações	-	-	157	386	-	-	-	386
Impairment	-	-	-	(144)	-	-	-	(144)
Cotas de fundos de investimentos	163.136	163.131	-	-	-	-	-	163.131
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	116.173	116.173	-	-	-	-	-	116.173
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	46.963	46.958	-	-	-	-	-	46.958
DPGE pós CDI	3.068	3.060	-	-	-	-	CDI	3.060
Letras financeiras	5.487	5.492	-	-	-	-	106,89%CDI	5.492
Letras financeiras do tesouro	2.945	2.943	-	-	-	-	SELIC	2.943
Operações compromissadas	35.434	35.434	-	-	-	-	SELIC	35.434
Outros	29	29	-	-	-	-	-	29
Total	163.136	163.131	1.186.710	1.159.182	246.359	250.259	-	1.568.672
Percentual de participação nas aplicações		10%		74%	16%			100%
Outras aplicações								1.915
Total								1.570.587
Circulante								1.323.865
Não circulante								246.722

7.2. Movimentação das aplicações:

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
	2014	2013			
Saldo em 01/01/2013	170.552	1.278.335	232.460	232.460	1.681.347
Aplicações	6.312.425	1.362.681	-	-	7.675.106
Rendimento resgate (a)	(12.432)	(115.969)	(14.207)	(14.207)	(142.608)
Principal resgate	(6.317.279)	(1.429.668)	-	-	(7.746.947)
Resultado financeiro	10.727	109.930	28.106	28.106	148.763
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(862)	-	-	-	(862)
Ajuste a valor de mercado	-	(46.127)	-	-	(46.127)
Saldo em 31/12/2013	163.131	1.159.182	246.359	246.359	1.568.672

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
	2014	2013			
Saldo em 31/12/2013	163.131	1.159.182	246.359	246.359	1.568.672
Aplicações	8.091.629	932.383	-	-	9.024.012
Rendimento resgate (a)	(12.139)	(80.357)	(15.120)	(15.120)	(107.616)
Principal resgate	(8.105.454)	(684.578)	-	-	(8.790.032)
Resultado financeiro	15.636	136.473	31.649	31.649	183.758
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(1.518)	-	-	-	(1.518)
Ajuste a valor de mercado	-	2.744	-	-	2.744
Saldo em 31/12/2014	151.285	1.465.847	262.888	262.888	1.880.020

(a) O valor desta linha na classificação "Mantido até o vencimento" se refere aos juros e correção monetária recebidos anualmente do título NTN-B. **7.3. Análise de sensibilidade das aplicações:** As análises de sensibilidade das aplicações foram elaboradas considerando: • A metodologia de VaR paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e • DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Nos quadros abaixo apresentamos o cálculo do ganho ou (perda) esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR. Os ativos não apresentaram DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil e por isso não estão apresentados a seguir.

Fatores de risco	2014		Descrição	2014	
	Var 95%	DV01=0,01%		Nível 1	Nível 2
Pré-fixado	150	11	Aplicações financeiras	-	151.285
IPCA	1.197	110	Valor justo por meio do resultado	-	151.285
Renda variável	1	-	Disponível para venda	185	1.465.662
Outros	250	-	Mantido até o vencimento	-	265.192
Total	1.598	121	Total	185	1.882.139

Fatores de risco	2013		Descrição	2013	
	Var 95%	DV01=0,01%		Nível 1	Nível 2
Pré-fixado	477	27	Aplicações financeiras	-	163.131
IPCA	1.234	121	Valor justo por meio do resultado	-	163.131
Renda variável	4	-	Disponível para venda	242	1.158.940
Outros	(98)	-	Mantido até o vencimento	-	250.259
Total	1.617	148	Total	242	1.572.330

Os ativos referenciados a CDI e SELIC, não apresentam DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1). O risco residual é representado pela exposição em inflação, que calculado através da metodologia VaR, em 31/12/2014, foi de R\$686 (R\$953 em 2013). Para o cálculo foram confrontados ativos

e passivos financeiros indexados à inflação. **7.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:** Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Em 31/12/2014 e 2013 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1: Títulos de renda variável:** Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês; **Nível 2: Títulos de renda fixa - Públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; **Certificados de depósito bancário (CDB) e Letras financeiras (LF):** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da BM&FBOVESPA, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB e LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; **Depósito a prazo com garantia especial (DPGE):** São títulos pré-fixados e pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; **Debêntures:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado; **Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Fatores de risco	2014		Descrição	2014	
	Var 95%	DV01=0,01%		Nível 1	Nível 2
Pré-fixado	150	11	Aplicações financeiras	-	151.285
IPCA	1.197	110	Valor justo por meio do resultado	-	151.285
Renda variável	1	-	Disponível para venda	185	1.465.662
Outros	250	-	Mantido até o vencimento	-	265.192
Total	1.598	121	Total	185	1.882.139

Fatores de risco	2013		Descrição	2013	
	Var 95%	DV01=0,01%		Nível 1	Nível 2
Pré-fixado	477	27	Aplicações financeiras	-	163.131
IPCA	1.234	121	Valor justo por meio do resultado	-	163.131
Renda variável	4	-	Disponível para venda	242	1.158.940
Outros	(98)	-	Mantido até o vencimento	-	250.259
Total	1.617	148	Total	242	1.572.330

8. Prêmios a receber: 8.1. Movimentação dos prêmios a receber: Os prêmios a receber estão mensurados ao custo amortizado e contemplam os prêmios de emissão direta e co-seguro aceito, bem como as operações de retrocessão. O parcelamento médio dos prêmios a receber, no caso de Automóveis e Riscos Industriais e Comerciais (RIC), é de 4 meses. A seguir, a movimentação dos prêmios a receber nas datas indicadas:

Descrição	Redução do valor recuperável		Total
	Prêmios	recuperável	
Saldo em 01/01/2013	601.587	(7.113)	594.474
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição	3.689.872	(4.371)	3.685.501
RVNE	9.351	-	9.351
Recebimentos / reversão	(3.487.509)	3.909	(3.483.600)
Saldo em 31/12/2013	813.301	(7.575)	805.726
Circulante			805.726
Não Circulante			-

Descrição	Redução do valor recuperável		Total
	Prêmios	recuperável	
Saldo em 31/12/2013	813.301	(7.575)	805.726
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição	3.807.242	(5.675)	3.801.567
RVNE	27.370	-	27.370
Recebimentos / reversão	(3.772.739)	4.155	(3.768.584)
Saldo em 31/12/2014	875.174	(9.095)	866

10.1.1. Tributos a compensar/recuperar:

Descrição	Saldo em 01/01/2013	Adição	Atualização Monetária	Pagamento/ baixa	Saldo em 31/12/2013
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	7.728	63.180	291	(56.034)	15.165
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5.471	26.949	1.058	(28.356)	5.122
Programa de integração social - PIS	655	55	-	(425)	285
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	3.185	254	-	(2.520)	919
Outros	455	-	-	(253)	202
Total	17.494	90.438	1.349	(87.588)	21.693
Circulante					21.693

Descrição	Saldo em 31/12/2013	Adição	Atualização Monetária	Pagamento/ baixa	Saldo em 31/12/2014
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	15.165	67.799	367	(74.828)	8.503
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5.122	24.138	153	(24.793)	4.620
Programa de integração social - PIS	285	92	-	(301)	76
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	919	443	-	(1.010)	352
Outros	202	10	-	-	212
Total	21.693	92.482	520	(100.932)	13.763
Circulante					13.763

10.1.2. Movimentação dos créditos e débitos tributários: As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01/01/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2013
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	160.857	25.989	(19.948)	166.898
Redução ao valor recuperável de créditos	16.841	9.983	-	26.824
Provisões indedutíveis	7.221	2.904	(4.547)	5.578
Amortização de ágio	(365)	-	-	(365)
Custo de apólice	21.217	-	(19.073)	2.144
Participações nos lucros	1.014	1.027	(1.015)	1.026
Perda atuarial com plano de benefício definido	4.621	-	-	4.621
Ajuste a valor de mercado	-	39.328	(28.380)	10.948
Outros	(39)	-	(79)	(118)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	211.367	79.231	(73.042)	217.556
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	3.623	-	-	3.623
Crédito tributário de PIS e COFINS sobre IBNR (a)	26.451	5.327	(898)	30.880
Total dos créditos tributários	241.441	84.558	(73.940)	252.059
Atualizações de depósitos judiciais	(52.548)	(13.322)	1.715	(64.155)
Resultado no exterior	(252)	-	-	(252)
Outros	(1.156)	-	-	(1.156)
Total dos débitos tributários	(53.956)	(13.322)	1.715	(65.563)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	187.485	71.236	(72.225)	186.496

Descrição	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	166.898	24.834	(3.293)	188.439
Redução ao valor recuperável de créditos	26.824	5.594	(8)	32.410
Provisões indedutíveis	5.578	5.021	(4.254)	6.345
Amortização de ágio	(365)	-	-	(365)
Custo de apólice	2.144	-	(2.144)	-
Participações nos lucros	1.026	1.298	(1.027)	1.297
Perda atuarial com plano de benefício definido	4.621	-	(1.430)	3.191
Ajuste a valor de mercado	10.948	10.436	(11.534)	9.850
Outros	(118)	-	-	(118)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	217.556	47.183	(23.690)	241.049
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	3.623	-	(3.623)	-
Crédito tributário de PIS e COFINS sobre IBNR (a)	30.880	8.394	(6.170)	33.104
Total dos créditos tributários	252.059	55.577	(33.483)	274.153
Atualizações de depósitos judiciais	(64.155)	(14.569)	2.373	(76.351)
Resultado no exterior	(252)	-	-	(252)
Outros	(1.156)	-	-	(1.156)
Total dos débitos tributários	(65.563)	(14.569)	2.373	(77.759)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	186.496	41.008	(31.110)	196.394

(a) Refere-se a créditos tributários de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) calculados sobre o saldo das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados. A Companhia possui créditos de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias que não foram registrados contabilmente, cujas bases de cálculo somam em 31/12/2014 R\$336.219 (R\$336.272 em 2013) e totalizam créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$81.226 (R\$81.236 em 2013). Estes créditos não vêm sendo reconhecidos em virtude de não haver expectativas de realização destes valores dentro do prazo previsto pelos órgãos reguladores em 31/12/2014. As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias, exceto quando relacionados a diferenças temporárias oriundas de amortizações de ágio de investimentos permanentes. **11. Outros créditos operacionais:** O saldo da conta, em 31/12/2014, inclui parcela de R\$ 684.891 (R\$ 431.634 em 2013), correspondente a saldo a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) referente ao seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH). O valor registrado nesta mesma data, a título de redução do valor recuperável, é de R\$ 53.516 (R\$ 41.829 em 2013), calculado com base em premissas que levam em conta o histórico de perdas operacionais. Adicionalmente, há também o montante de R\$100.000, em 31/12/2014 (R\$100.000 em 2013), referentes à antecipação do pagamento de sinistro relativo à operação de resseguro. Há uma contrapartida relativa à antecipação recebida dos resseguradores, registrada na rubrica "Outros débitos operacionais", no montante de R\$99.400 em 31/12/2014 e 2013. O SH/SFH foi originalmente instituído pelo artigo 14 da Lei 4.380/1964 e, desde 1967 passou a ser garantido pelo FCVS. As seguradoras atuam apenas como representantes do FCVS nas ações judiciais que têm como objeto o SH/SFH, sendo a elas garantido o direito de receberem o reembolso das despesas incorridas em decorrência da defesa efetivada por elas nestes processos judiciais. Em outubro de 2013, o Conselho Curador do FCVS editou a Resolução nº 357/2013 em que determinou a suspensão temporária do reembolso dos valores devidos às seguradoras até que fosse revista a legislação aplicável. As normas mais recentes (Medida Provisória (MP) nº 633 de 26/12/2013, aprovada como Lei nº 13.000 em 18/06/2014, Resolução CCFCVS nº 364 de 28/03/2014) corroboram a responsabilidade do FCVS e da Caixa Econômica Federal (CEF) na assunção de todos os processos judiciais que tenha por objeto o SH/SFH. Mais recentemente, a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu os Pareceres PGFN/CAF nº 1842/2014, PGFN/CRJ nº 1949/2014 e PGFN/CAF nº 2022/2014, onde reconhece o papel das seguradoras como representante do FCVS. Em consequência das orientações presentes nos pareceres citados, o Conselho Curador do FCVS editou a Resolução nº 378 de 17/12/2014, revogando a Resolução CCFCVS nº 357/2013 e determinando à CEF que fosse retomada a análise das solicitações de reembolso de despesas e indenizações incorridas pelas seguradoras, em decorrência de ações judiciais enquadradas nos critérios da Resolução nº 364/2014 e o correspondente fluxo de reembolsos. **12. Outros valores e bens:**

Descrição	2014	2013
Salvados e Ressarcimentos	47.363	34.227
Ressarcimentos Recebidos	841	2.220
Total	48.204	36.447
Circulante	48.204	36.447
Salvados e ressarcimentos:		

Descrição	2014	
	Quantidade	Saldo
de 01 a 30 dias em estoque	1.521	18.993
de 31 a 60 dias em estoque	691	7.544
de 61 a 120 dias em estoque	694	7.447
de 121 a 180 dias em estoque	308	3.822
de 181 a 365 dias em estoque	333	4.066
mais de 365 dias em estoque	622	5.491
Total	4.169	47.363

Descrição	2013	
	Quantidade	Saldo
de 01 a 30 dias em estoque	1.155	14.070
de 31 a 60 dias em estoque	496	5.724
de 61 a 120 dias em estoque	374	3.597
de 121 a 180 dias em estoque	169	1.898
de 181 a 365 dias em estoque	255	3.206
mais de 365 dias em estoque	660	5.732
Total	3.109	34.227

13. Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

Descrição	2014		Total
	Seguro direto e cosseguro cedido	Cosseguro aceito	
Saldo em 01/01/2013	265.193	496	265.689
Custo de aquisição ocorrido	700.071	1.429	701.500
Amortização	(612.351)	(1.145)	(613.496)
Cancelamento	(35.059)	(76)	(35.135)
RVNE	2.342	-	2.342
Saldo em 31/12/2013	320.196	704	320.900
Circulante			317.287
Não circulante			3.613

Descrição	2014		Total
	Seguro direto e cosseguro cedido	Cosseguro aceito	
Saldo em 31/12/2013	320.196	704	320.900
Custo de aquisição ocorrido	743.968	10.130	754.098
Amortização	(686.641)	(5.083)	(691.724)
Cancelamento	(35.328)	(632)	(35.960)
RVNE	5.566	-	5.566
Saldo em 31/12/2014	347.761	5.119	352.880
Circulante			348.792
Não circulante			4.088

14. Participações societárias:

Descrição	2014		Total
	Sul América Companhia de Seguros Gerais - SASG	Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA. SAÚDE	
Saldo em 01/01/2013	7.812	1.496.490	1.504.302
Aumento de capital	-	120.000	120.000
Dividendos e juros sobre capital próprio	(226)	(65.800)	(66.026)
Equivalência patrimonial (a) (b)	952	228.259	229.211
Ganho de capital	-	801	801
Ajustes de avaliação patrimonial	(1)	(48.429)	(48.430)
Saldo em 31/12/2013	8.537	1.731.321	1.739.858
Aumento de capital	-	87.713	87.713
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(99.465)	(99.465)
Equivalência patrimonial (a) (b)	(741)	383.011	382.270
Ganho de capital	-	183	183
Deságio em transação de capital	-	5.218	5.218
Ajustes de avaliação patrimonial	(13)	4.125	4.112
Outros Ajustes	-	761	761
Saldo em 31/12/2014	7.783	2.112.867	2.120.650

Descrição	2014		Total
	Sul América Companhia de Seguros Gerais - SASG	Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA. SAÚDE	
Ativo	32.145	6.243.508	6.275.653
Passivo	17.374	3.067.208	3.084.582
Patrimônio líquido	14.771	3.176.300	3.191.071
Receita líquida	14.541	8.610.210	8.624.751
Lucro líquido do exercício	(1.412)	518.499	517.087
Percentual de participação (%)	52,6884%	65,2664%	
Valor contábil do investimento	7.783	2.112.867	2.120.650
Quantidade de ações ordinárias	61.019	36.491.420	36.552.439
Quantidade de ações preferenciais	61.020	13.006.317	13.067.337

Descrição	2013		Total
	Sul América Companhia de Seguros Gerais - SASG	Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA. SAÚDE	
Ativo	54.638	5.258.521	5.313.159
Passivo	38.456	2.599.293	2.637.749
Patrimônio líquido	16.182	2.659.228	2.675.410
Receita líquida	27.702	5.780.923	5.808.625
Lucro líquido do exercício	1.803	358.815	360.618
Percentual de participação (%)	52,6884%	65,2664%	
Valor contábil do investimento	8.537	1.731.321	1.739.858
Quantidade de ações ordinárias	61.019	34.812.638	34.873.657
Quantidade de ações preferenciais	61.020	12.416.474	12.477.504

(a) Em 31/12/2014, a equivalência patrimonial de R\$382.270 (R\$229.211 em 2013) está registrada na rubrica "Resultado Patrimonial", que contempla também outras receitas e despesas patrimoniais de R\$(894) (R\$109 em 2013); (b) A equivalência patrimonial refletida no resultado da Companhia contempla os ajustes no patrimônio líquido de sua investida CIA. SAÚDE, provenientes da harmonização com as práticas contábeis da SUSEP não adotadas pelo órgão regulador da investida. **15. Contas a pagar:**

Descrição	2014		Total
	2014	2013	
Obrigações fiscais - (Nota 21)	312.069	285.024	597.093
Refinanciamento fiscal - REFIS (a)	21.702	27.498	49.200
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar	124.763	92.863	217.626
Honorários de administradores a pagar	9.106	4.626	13.732
Participações no Lucro	16.221	14.565	30.786
Demais	22.299	31.026	53.325
Total	506.160	455.602	961.762
Circulante	192.013	159.096	351.109
Não Circulante	314.147	296.506	610.653

(a) Em dezembro de 2013, a SALIC aderiu ao Refinanciamento Fiscal - REFIS cujo prazo foi reaberto pela Lei 12.865, e parcelaram valores devidos relativos à CSLL e INSS, que estavam em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial. O montante das obrigações incluídas no REFIS foi de R\$27.498 (líquido das reduções de 90% das multas de mora ou de ofício, 35% das multas isoladas,

40% dos juros e 100% dos encargos legais), que será pago em 30 parcelas iguais e mensais, atualizadas com base na variação da taxa SELIC. Em julho de 2014, a Salic aderiu a reabertura do REFIS estabelecida pela lei 12.973, com o objetivo de pagar com depósito valores relativos à IRPJ e CSLL, que estavam em discussão nas esferas judicial. O montante total das obrigações na data da adesão, incluído nesse REFIS, foi de R\$1.398 (líquido da redução dos benefícios previstos), que será pago através da conversão em renda dos depósitos judiciais registrados. Em 13 de novembro de 2014, a Lei nº 13.043 aprovou a reabertura do REFIS. Em novembro de 2014, a Companhia incluiu novos valores relativos à IRPJ, que estava em discussão na esfera judicial. O montante da obrigação incluída foi de R\$ 3.351 (líquido das reduções), que será pago através da conversão em renda de depósito judicial. O impacto total no resultado da Companhia foi uma despesa de R\$3.351. Na Companhia, em 31/12/2014, as obrigações correspondem a R\$ 19.625 (R\$16.016 em 2013) no passivo circulante e de R\$2.077 (R\$11.482 em 2013) no passivo não circulante.

15.2. Outras contas a pagar:

Descrição	2014	2013
Contas a pagar fornecedores	10.409	16.720
Compromissos mobiliários a pagar	16.408	15.067
Operações de seguros	3.525	1.722
Honorários advocatícios	150	4.226
Outros	10.828	10.930
Total	41.320	48.665
Circulante	41.170	44.439
Não circulante	150	4.226

16. Débitos de operações com seguros e resseguros:

Corretores de seguros e resseguros:		2014	2013
Seguro direto e cosseguro cedido		52.673	51.788
Seguro direto e cosseguro cedido - RVNE		22.610	17.044
Cosseguro aceito		3.137	395
Outros		223	225
Total		78.643	69.452
Circulante		78.587	69.452
Não circulante		56	-

17. Depósitos de terceiros: Os depósitos

Descrição	Danos 2014			Danos 2013		
	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado
Até 02 Anos	2.505	110.914	50.319	2.649	112.475	49.924
02 a 05 Anos	1.716	122.915	54.373	1.260	104.372	47.108
05 a 10 Anos	904	251.634	208.648	851	234.205	192.980
Mais de 10 Anos	355	90.505	49.806	322	77.164	42.948
Total	5.480	575.968	363.146	5.082	528.216	332.960

Descrição	Pessoas 2014			Pessoas 2013		
	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado
Até 02 Anos	1	298	179	-	-	-
02 a 05 Anos	4	722	345	-	-	-
05 a 10 Anos	4	834	356	-	-	-
Total	9	1.854	880	-	-	-

Em 31/12/2014, o valor total em discussão dos sinistros em processos judiciais cíveis cuja probabilidade de perda é classificada como "possíveis" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$1.792.470 (R\$1.391.288 em 2013), com resseguro de

19. Partes relacionadas: 19.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
			2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Sul América S.A. (a) (b) (c) (d)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	-	-	38.272	28.736	-	-	-	-
Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (b) (d)	Controladora direta	Sul América S.A.	14	24	94.532	69.847	151	216	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (b) (d) (j)	Controlada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	7.262	58.585	-	-	15.338	11.808	-	-
Sul América Companhia de Seguros Gerais (a) (d)	Controlada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	-	356	522	-	-	-	-	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d) (g) (j)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	48	345	290	110	105	(3.875)	(3.813)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (f) (j)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	14.817	15.392	-	-	3.665	2.296	(696)	(554)
Sul América Saúde Companhia de Seguros (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	4	1.282	-	-	38	23	-	-
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	177	102	-	-	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d) (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	-	-	-	(4.968)	(4.975)
Sul América Odontológico S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	2	-	-	-	-	-	-
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (d) (j)	Controlada indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	-	-	25	2	-	-	(2)	(63)
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (h)	Outros	Outros	-	-	-	-	-	-	(119)	(456)
Gouveia Vieira Advocacia (h)	Outros	Outros	-	-	-	-	-	-	(595)	(133)
Gouveia Vieira Advogados Associados (h)	Outros	Outros	-	-	-	-	-	-	(3.813)	(1.814)
Swiss Reinsurance America Corporation (i)	Ligada	Outros	34.662	18.673	14.606	17.053	9.509	-	(6.217)	-
Swiss Reinsurance Company (i)	Ligada	Outros	-	-	-	-	2	-	-	-
Swiss Re Brasil Resseguros S.A (i)	Ligada	Outros	490	-	197	-	473	-	(320)	-
Demais empresas associadas e acionistas pessoas físicas (a)	Outros	Outros	-	-	412	412	-	-	-	-
Total			57.249	94.362	149.088	116.442	29.286	14.448	(20.605)	(11.808)

a) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (c) Valor referente ao reembolso da Companhia que pagou seus executivos com plano de incentivos em ações (stock options) de emissão da SASA; (d) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (e) Valor referente ao benefício do plano de saúde a funcionários e dirigentes; (f) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (g) Valor referente à taxa de administração por serviços de gestão de ativos; (h) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (i) Valor referente à operação de resseguro; e (j) Valor referente ao aluguel de imóvel. Em 31/12/2014, a Companhia liquidou dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$3.926 (R\$110.022 em 2013), sendo R\$2.175 (R\$26.900 em 2013) para a SASA e R\$1.751 (R\$83.122 em 2013) para a NOVA SAEPAR. Em 2014, a Companhia recebeu dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$139.093 (R\$59.255 em 2013), sendo R\$138.867 (R\$59.110 em 2013) da CIA. SAÚDE e R\$226 (R\$145 em 2013) da SASG. 19.2. Remuneração da administração: A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Incentivo em ações (a)	Total	
			2014	2013
Contas a pagar				
2014	9.289	8.634	7.424	25.347
2013	4.805	11.026	6.131	21.962
Despesas				
2014	(17.835)	(1.488)	(1.909)	(21.232)
2013	(12.989)	(931)	(1.244)	(15.164)

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo pagamento com ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.11). 20. Compromissos e ônus a liquidar: 20.1. Outros créditos: Em 31/12/2014, o saldo de R\$59.097 (R\$69.031 em 2013) da rubrica "Outros Créditos", no ativo circulante, é composto principalmente por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$57.609 (R\$68.304 em 2013). 20.2. Garantia das provisões técnicas: A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionadas na nota 18.2. 20.3. Contratos de aluguel: Rio de Janeiro: Em 17/12/2007, a Companhia celebrou contrato de locação de imóvel no Rio de Janeiro. O prazo de locação é de 10 anos, contados a partir de 18/04/2009, podendo ser prorrogado por mais 60 meses. Durante este período, a Companhia se compromete a pagar 10 parcelas anuais de R\$13.712, reajustadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei, pela variação percentual acumulada do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, que em 31/12/2014 corresponde a R\$ 21.505 (R\$20.042 em 2013) registrados na rubrica "Despesas administrativas". O referido contrato de locação possui cláusulas que restringem a capacidade da Companhia e o locador rescindirem unilateralmente o contrato. A rescisão unilateral voluntária acarretará no pagamento de indenização à outra parte, nas condições estipuladas no contrato. São Paulo: Em 04/12/2011, a Companhia, CIA SAÚDE, SAÚDE (incorporada pela CIA SAÚDE) e SULASEG renovaram o contrato de locação do imóvel em São Paulo, pelo prazo de 60 meses, que irá expirar em 03/12/2016. Durante esse prazo, as empresas se comprometeram a pagar mensalmente a quantia de R\$1.757, reajustada anualmente pela variação percentual acumulada do IGP-M, cabendo à Companhia um percentual de 60% sobre este montante. 21. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2014 e 2013, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões judiciais" no passivo circulante e não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2014	2013
Fiscais:		
COFINS	120.526	113.499
PIS	153.484	143.559
CSLL	87.302	68.355
IRPJ	44.098	40.871
Outros	17.821	17.523
Previdenciárias:		
INSS	175.343	156.609
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	93.579	75.763
Ações cíveis	87.532	66.507
Total	779.685	682.686
Não circulante	779.685	682.686

Os depósitos judiciais e fiscais são registrados no não circulante, conforme a expectativa de realização.

R\$1.624.409 (R\$1.318.217 em 2013), que representa um valor residual de R\$168.061 (R\$73.071 em 2013). 18.2. Garantia das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

Descrição	2014	2013
Provisões técnicas de seguros	2.853.387	2.620.522
Total das provisões técnicas	2.853.387	2.620.522
(-) Ativos de resseguro - Provisões técnicas	376.478	392.461
(-) Custo de aquisição diferido redutores de PPNG	224.191	200.000
(-) Depósitos judiciais	21.130	1.544
(-) Direitos creditórios	633.406	561.345
(-) Depósitos especiais/ Provisões retidas - IRB	1.308	1.315
Montante a ser garantido	1.596.874	1.463.857
Ativos dados em garantia:		
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	100.506	116.173
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	50.781	46.959
Cotas de fundos especialmente constituídos	-	-
Títulos de renda fixa - Públicos	1.490.612	1.210.722
Títulos de renda fixa - Privados	237.936	194.576
Total de ativos	1.879.835	1.568.430
Ativos livres	282.961	104.573

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
			2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
21.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:										
Descrição	Saldos em 01/01/2013		Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / baixas		Saldos em 31/12/2013			
Cíveis e trabalhistas:										
Cíveis	95.773	11.218	9.249	(33.276)	82.964					
Honorários	9.776	1.308	-	(2.595)	8.489					
Trabalhistas	29.818	24.613	2.632	(26.173)	30.890					
Outros	1.337	160	75	(164)	1.408					
Subtotal	136.704	37.299	11.956	(62.208)	123.751					
Tributárias: (a)										
PIS	126.134	-	6.554	(45.799)	86.889					
COFINS	92.723	-	4.634	-	97.357					
CSLL	59.079	9.711	4.333	(18.193)	54.930					
IRPJ	25.879	1.118	1.609	-	28.606					
INSS	120.661	8.003	5.776	-	134.440					
Honorários	10.944	1.832	732	(593)	12.915					
Outros	7.600	3	275	(3.452)	4.426					
Subtotal	443.020	20.667	23.913	(68.037)	419.563					
Total					543.314					
Circulante					34.806					
Não circulante					508.508					

Descrição	Saldos em 31/12/2013		Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / baixas		Saldos em 31/12/2014	
Cíveis e trabalhistas:								
Cíveis	82.964	20.993	11.470	(22.514)	92.913			
Honorários	8.489	2.728	-	(1.699)	9.518			
Trabalhistas	30.890	11.832	4.261	(3.098)	43.885			
Outros	1.408	687	161	(316)	1.940			
Subtotal	123.751	36.240	15.892	(27.627)	148.256			
Tributárias: (a)								
PIS	86.889	-	6.107	-	92.996			
COFINS	97.357	-	6.172	-	103.529			
CSLL	54.930	10.554	5.972	(242)	71.214			
IRPJ	28.606	6	2.520	(1.618)	29.514			
INSS	134.440	8.654	8.503	-	151.597			
Honorários	12.915	-	28	(2.764)	10.179			
Outros	4.426	-	309	-	4.735			
Subtotal	419.563	19.214	29.611	(4.624)	463.764			
Total					612.020			
Circulante					41.285			
Não circulante					570.735			

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2014 são de R\$312.069 (R\$285.024 em 2013), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 15.1). 21.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2014 e 2013, são: COFINS: A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidentes sobre as receitas geradas nas atividades de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e possível sobre outras receitas. Os valores questionados estão provisionados. PIS: A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando à SALIC o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar nº7/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado. Desta forma, foi realizada em 2013 a baixa do valor de R\$45.799 e foram iniciados os procedimentos necessários para levantamento dos depósitos judiciais. IRPJ: A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia obteve liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Em maio de 2013, o STF declarou constitucional o dispositivo legal que obteve a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ, negando provimento ao Recurso Extraordinário interposto por uma das suas Controladas. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. Cumpre ressaltar que a partir de 2008 a Companhia passou a tributar a despesa de contribuição social na base de cálculo do imposto de renda. Os advogados patrocinadores da causa reputam a probabilidade de perda como provável. CSLL: Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, ela passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda. Com a edição do artigo 72, III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 10/96, a Companhia passou a ficar sujeita ao recolhimento da CSLL à alíquota de 30%. Assim, impetrou o Mandado de Segurança nº96.0006174-2, que assegurou o direito da Impetrante (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes - Cia de Seguros, incorporada pela SALIC) de não se sujeitar às disposições da EC nº10/1996 no período de 01/01/1996 a 06/07/1996. Com o trânsito em julgado da decisão parcialmente favorável publicada nos autos do citado Mandado de Segurança, a impetrante iniciou os procedimentos de levantamento das parcelas dos valores depositados que lhe pertence de acordo com a decisão definitiva do processo. 21.4. Provisões judiciais: A principal ação com provisão judicial em 31/12/2014 e 2013, é: INSS: A Companhia vem questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros e os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22,

da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados relativos ao INSS de corretores de seguros se encontram com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda relativa à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. 21.5. Contingências: Em 31/12/2014, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$362.947 (R\$283.283 em 2013). Na avaliação da Administração sobre a provável saída de recursos nesses processos, o montante provisionado de R\$168.616 (R\$147.458 em 2013) refere-se basicamente a obrigações fiscais. A parcela não provisionada, no valor de R\$194.331 (R\$135.825 em 2013) é composta principalmente por autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da controladora STA Participações S.A., nos anos calendários 2006 e 2007, e não homologação da compensação de tributos na esfera administrativa e processos judiciais relativos a discussões sobre PIS e COFINS. Em 31/12/2014, o valor total em discussão dos processos judiciais cíveis e trabalhistas cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de, respectivamente, R\$11.435 (R\$1.867 em 2013) e R\$25.313 (R\$15.758 em 2013). 22. Patrimônio líquido: 22.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2014 é de R\$1.977.274 (R\$1.650.000 em 2013), dividido em 455 (409 em 2013) ações ordinárias nominativas sem valor nominal e totalmente integralizadas. Em 31/03/2014, foi autorizado aumento de capital de R\$88.524 em Reunião do Conselho de Administração e aprovado pela portaria SUSEP/DIRAT Nº 50, de 02/09/2014. Em 30/07/2014, 30/09/2014 e 29/12/2014 foram autorizados aumentos de capital nos montantes de R\$128.078, R\$65.349, R\$45.323, respectivamente, em Assembleias Gerais Extraordinárias, que encontram-se em fase de homologação pela SUSEP. 22.2. Reserva de capital: Referem-se ao ágio e deságio apurado em transações de capital, na aquisição de ações de empresas que a Companhia já detém o controle. 22.3. Reserva legal: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante

23.6. Despesas administrativas:

Descrição	2014	2013
Pessoal próprio (a)	(205.469)	(185.887)
Incentivo de ações	(1.909)	(1.244)
Serviço de terceiros	(131.715)	(117.652)
Localização e funcionamento	(115.355)	(111.894)
Publicidade e propaganda	(17.204)	(19.723)
Recuperação de despesa administrativa	3.702	1.163
Outras despesas administrativas	(6.689)	(5.035)
Total	(474.639)	(440.272)

(a) Em 31/12/2014 e 2013, os benefícios aos funcionários estão representados basicamente por:

Descrição	2014	2013
Remunerações	(98.868)	(92.180)
Encargos sociais	(36.163)	(34.518)
Indenizações e rescisões	(17.202)	(15.324)
Vale alimentação, refeição e transporte	(22.552)	(20.281)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(5.850)	(5.763)
Previdência Privada	(1.565)	(2.242)
Outros benefícios	(3.941)	(3.751)
Total	(186.141)	(174.059)

23.7. Despesas com tributos:

Descrição	2014	2013
COFINS	(57.196)	(53.993)
PIS (a)	(9.452)	36.981
Outros	(6.769)	(5.909)
Total	(73.417)	(22.921)

(a) Em 2013, a Companhia realizou a reversão de ação judicial referente ao Pis no montante de R\$45.799, conforme mencionado na nota 21.3.

23.8. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2014	2013
Títulos e valores mobiliários	183.758	148.763
Valor justo por meio do resultado	15.636	10.727
Disponível para venda	136.473	109.930
Mantido até o vencimento	31.649	28.106
Operações de seguros - outros	51.512	63.997
Atualização monetária e juros de depósitos judiciais, da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	7.623	5.269
Outros	8.747	1.480
Total	251.640	219.509

23.8.1. Receitas financeiras:

Descrição	2014	2013
Valorização de cotas de fundos de investimentos	42.193	42.727
Títulos de renda fixa - privados	24.460	25.277
Títulos de renda fixa - públicos	147.299	121.898
Títulos de renda variável	13	-
Operações de seguros	114.736	103.170
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	46.931	47.463
Outras	13.520	10.010
Total	389.152	350.545

23.8.2. Despesas financeiras:

Descrição	2014	2013
Operações de seguros	(63.224)	(39.173)
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(30.207)	(41.139)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(39.308)	(42.194)
Outras	(4.773)	(8.530)
Total	(137.512)	(131.036)

23.9. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social:
O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2014 e 2013, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2013			
	2014		(Reclassificado)	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	597.400	597.400	482.349	482.349
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(149.350)	(89.610)	(120.587)	(72.352)
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(14.442)	(8.665)	-	(1.298)
Redução ao valor recuperável	(3.487)	(2.092)	(6.555)	(3.933)
Despesas não dedutíveis	(2.327)	(1.310)	(1.554)	(857)
Outras adições	(2.678)	-	-	(9.851)
Subtotal	(22.934)	(12.067)	(8.109)	(15.939)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	95.567	57.340	57.464	34.478
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	-	-	6.420	-
Reversão de provisões não dedutíveis	2	1	256	153
Atualização de depósitos judiciais	9.106	5.464	7.254	4.352
Encargos sobre participações nos lucros	-	-	3.202	1.921
Custo de apólices	1.340	804	11.921	7.153
Juros sobre capital próprio	12.001	7.201	10.181	6.108
Reversão de provisões não dedutíveis	3.904	2.343	-	-
Outras	-	3.296	942	21
Subtotal	121.920	76.449	97.640	54.186
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Constituições	-	3.623	-	-
Redução de incentivos fiscais	3.624	-	1.932	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(46.740)	(21.605)	(29.124)	(34.105)
Diferidos:				
Reversão - Crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	-	(3.623)	-	-
Constituição / (reversão) - Crédito tributário sobre diferenças temporárias	16.256	9.754	(12.853)	8.600
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(7.622)	(4.575)	(7.254)	(4.352)
Constituição / (reversão) - Crédito tributário da redução ao valor recuperável	7	4	(316)	(189)
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	8.641	1.560	(20.423)	4.059
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(38.099)	(20.045)	(49.547)	(30.046)
Alíquota efetiva	6%	3%	10%	6%
Alíquota efetiva combinada	9%	9%	16%	16%

24. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:

Descrição	2014		
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido	Total
Base de cálculo	2.744	3.576	6.320
Imposto de renda	(686)	(894)	(1.580)
Contribuição social	(411)	(536)	(947)
Total	(1.097)	(1.430)	(2.527)
Líquido	1.647	2.146	3.793

Descrição	2013	
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Base de cálculo	(46.127)	(46.127)
Imposto de renda	11.532	11.532
Contribuição social	6.919	6.919
Total	18.451	18.451
Líquido	(27.676)	(27.676)

25. Outras informações - Seguros: Em 31/12/2014, a Companhia tinha a cobertura para danos materiais de R\$379.021 (R\$349.677 em 2013), cobertura para responsabilidade civil de R\$39.600 (R\$32.750 em 2013) e cobertura para perda de aluguel, danos elétricos e quebra de vidros de R\$49.236 (R\$43.070 em 2013), totalizando uma cobertura de R\$467.857 (R\$425.497 em 2013).

26. Conciliação entre lucro líquido e caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais

Descrição	2013	
	2014	(Reclassificado)
Lucro líquido do exercício	522.963	389.266
Mais		
Depreciações e amortizações	27.936	24.196
Juros e variações monetárias de ações judiciais e obrigações fiscais	45.503	33.237
Juros e variações monetárias de refinanciamento fiscal (REFIS)	1.925	-
Pagamento com base em ações (stock options)	(1.909)	-
Outros	-	1.322
Menos		
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(347.109)	(229.211)
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(46.931)	(41.685)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	-	(1.271)
Outros	(141)	(817)
Atividades operacionais	(308.574)	69.478
Varição de aplicações	(308.574)	69.478
Varição de créditos das operações de seguros e resseguros	(65.327)	(217.713)
Varição de outros créditos operacionais	(237.799)	(240.380)
Varição de ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	(33.298)	(91.780)
Varição de títulos e créditos a receber	110.940	(29.976)
Varição de outros valores e bens	(11.757)	1.608
Varição de despesas antecipadas	99	(3.286)
Varição de custos de aquisição diferidos	(31.980)	(55.211)
Varição de contas a pagar	(59.812)	143.300
Varição de débitos das operações com seguros e resseguros	23.308	172.585
Varição de depósitos de terceiros	46.900	4.450
Varição de provisões técnicas - Seguros	232.865	315.888
Varição de outros débitos	25.529	(7.245)
Varição de débitos diversos	621	(239)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(106.048)	236.516

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas; **Conselheiros:** Gabriel Portella Fagundes Filho e Carlos Infante Santos de Castro. **Diretoria:** Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho; **Vice-Presidentes:** Arthur Farne d'Amoed Neto; Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho; Marco Antonio Antunes da Silva; Matias Antonio Romano de Avila; Renato Bueno Terzi. **Diretores:** André Luiz Lauzana dos Santos; Carlos Alexandre Baldaque Guimarães; Cesar Tadeu Alonso Dominguez; Cristiano Donisete Barbieri; Eduardo Stefanello Dal Ri; Emil Andery; Enio Fukai; Fabiano Lima; Gabriel Charbonnieres; Gilson Bochernitsan; José Carlos dos Santos Vieira; José Fernando Conforto; José Henrique Pimentel de Melo; Laenio Pereira dos Santos; Leila Ribeiro de Azevedo e Gregorio; Luciano Macedo de Lima; Marco Antonio Neves; Patrícia Quirico Coimbra; Renato Roperto e Reinaldo Amorim. **Contador:** Mauro Reis d'Almeida - CRC RJ 066.620/O-7 **Atuário:** Marcos Vinícius Spiguel Coelho Castro - MIBA/MTPS/1.404

Parecer dos atuários independentes

Aos Acionistas e aos Administradores da **Sul América Companhia Nacional de Seguros**. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2014, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve

a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sul América Companhia Nacional de Seguros. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Sul América Companhia Nacional de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2014 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
Joel Garcia
Atuário - MIBA 1131

Demonstrativos do Parecer dos Atuários Independentes em 31 de dezembro de 2014
(em milhares de reais)

1. Provisões Técnicas	2.853.387
Total de provisões técnicas auditadas	2.853.387
2.-Ativos de resseguro	425.758
Total de ativos de resseguro	425.758

Resumo do relatório do Comitê de Auditoria - Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias interna e independente, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê de Auditoria ("Comitê"); • Constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias independente e interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Verificou que a auditoria interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade da auditoria interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias independente e interna, não identificou falhas no

cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP. 2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 25 da Resolução CNSP nº 312, de 16 de junho de 2014. 3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2015. Carlos José da Silva Azevedo - Presidente; Jorge Augusto Hirs Saab - Membro; Domingos Carelli Neto - Membro.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Sul América Companhia Nacional de Seguros. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados

dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia Nacional de Seguros em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC 1SP138600/O-7